

**TERMO DE CONTRATO Nº/...../.....,
FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DO RIO
GRANDE E A EMPRESA PARA
SERVIÇO DE TREINAMENTO DOS
GUARDAS MUNICIPAIS E AGENTES DE
TRANSITO EM CONFORMIDADE COM O
EDITAL DE CONVITE Nº 008/2019**

O MUNICÍPIO DO RIO GRANDE, com sede nesta cidade, sito Largo Eng. João Fernandes Moreira, s/n, inscrito no CNPJ nº 88.566.872/0001-62, neste ato representado, conforme declaração de competência pelo Chefe do Gabinete de Compras, Licitações e Contratos – GCLC, Srº Ademir Giambastiani Casartelli, inscrito no CPF sob nº 139.673.040-00, denominado **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa, inscrita no CNPJ sob nº, estabelecida no Município de, na Rua nº, Bairro:, CEP:, neste ato representada pelo Sr., na qualidade de, portador do RG nº, doravante denominado **CONTRATADA**, de conformidade com o Edital de convite nº 008/2019 celebrou-se o presente Contrato de acordo com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, bem como os termos constantes no Edital, regendo-se pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: O presente termo de contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de treinamento dos Guardas Municipais e Agentes de Trânsito em conformidade com o Termo de Referência anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DOS SERVIÇOS: O **CONTRATANTE** pagará, à **CONTRATADA**, pela prestação do serviço objeto do presente Contrato a importância de R\$ (...) em conformidade com a proposta apresentada no certame licitatório, a qual encontra-se anexa a este contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO: Os pagamentos serão efetuados exclusivamente em conta bancária indicada pela Contratada, após a apresentação da Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura, no prazo de 30(trinta) dias a contar, na respectiva fase de pagamento, da liquidação da despesa.

Parágrafo Primeiro: A liquidação da despesa ocorrerá mediante atestado expedido pela Secretaria de Município responsável pelo contrato quanto ao fiel cumprimento das obrigações, conforme a seguinte discriminação:

- a) A cada fase prevista no Cronograma Físico-financeiro da execução do objeto contratado corresponderá uma aferição dos serviços executados.

- b) Uma fase será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para tal fase, no cronograma físico-financeiro apresentado pela licitante, estiverem executados em sua totalidade.
- c) O critério para liberação do pagamento das parcelas exige fases efetivamente concluídas e recebidas pela Fiscalização.
- d) A critério da Fiscalização, quando for verificado a não conclusão de fases, poderá ser efetuado o pagamento referente aos serviços executados, devendo a Contratada regularizar o cronograma na fase subsequente.
- e) A liberação dos pagamentos de cada fase executada somente será efetuada mediante apresentação dos seguintes documentos:
 - Comprovação de quitação do pagamento referente a salários e encargos sociais, tais como INSS e FGTS;
 - Cópia dos recibos de entrega dos vales transporte, dos vales alimentação, dos uniformes e de outros benefícios estipulados na Convenção Coletiva de Trabalho;
 - Cópia dos pagamentos de férias, e, no caso de empregados demitidos, das verbas rescisórias, perante a Secretaria responsável pelo contrato;
- f) O pagamento da última parcela somente será liberado após o recebimento definitivo do serviço pela fiscalização da Secretaria responsável pelo contrato e posteriormente pela comissão de recebimento.
- g) Os documentos supramencionados poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Secretaria responsável pelo contrato.

CLÁUSULA QUARTA- DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS: A fiscalização dos serviços será efetuada pela secretaria responsável pelo mesmo.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO: O prazo de vigência do presente Contrato será de 180 (cento e oitenta) dias a partir, inclusive, do dia da assinatura da ordem de início dos serviços, podendo ser estendida por igual período, segundo a conveniência e interesse da contratante, não extrapolando o limite estabelecido no Art 57 inciso II da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA: Além das obrigações contidas no Termo de Referência a contratada obriga-se a:

- a) Prestar os serviços contratados na forma e modo ajustados, dentro das normas e especificações técnicas aplicáveis à espécie;
- b) Prestar os treinamentos constantes no item 3 do Termo de Referência ;
- c) Ministras o treinamento na cidade de Rio Grande, em local a ser previamente acordado com a contratante;

- d) Implementar a estratégia do treinamento sistêmico da Guarda Municipal e Agentes de Trânsito;
- e) Definir as medidas de desempenho e de resultados em cada uma das ações gerenciais, com estabelecimento de metas desafios baseadas em históricos de desempenho;
- f) Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do contratante prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo as reclamações solicitadas;
- g) Manter profissionais especializados e capazes de realizar o serviço, objeto deste contrato, pagando-lhe além os salários, as despesas decorrentes das obrigações impostas pela legislação social e trabalhista decorrentes de vínculo empregatício e todas as suas implicações;
- h) Manter durante a execução do contrato em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na licitação, conforme preceitua o Art. 55, XII da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA OBRIGAÇÃO DO CONTRATANTE: A contratante obriga-se a:

- a) Efetuar o pagamento conforme estabelecido neste termo de contrato;
- b) Efetuar a devida fiscalização.

CLÁUSULA OITAVA - DA COBERTURA FINANCEIRA: As despesas decorrentes deste Contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

14 – secretaria de município de mobilidade urbana e acessibilidade
02 – complexo de planej. de mobilidade urbana e acessibilidade
15 – urbanismo
451 – infra-estrutura urbana
0340- cidade em movimento
1684- infraestrutura de mobilidade e acessibilidade
3.3.9.0.39.00.00.00.00 – outros serviços de terceiros – pessoa jurídica
Recurso 1109 – multas de transito
Código reduzido 1019

CLÁUSULA NONA-- DAS PENALIDADES: À CONTRATADA, total ou parcialmente inadimplente, serão aplicadas as seguintes sanções legais, a saber:

- a) advertência;
- b) Multa administrativa equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 02 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO: Este Contrato poderá ser rescindido de acordo com os Arts. 78 e 79 da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo Único: A rescisão deste Contrato implicará retenção de créditos decorrentes da contratação, até o limite dos prejuízos causados à Contratante.

CLAUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA– DO ISSQN : Caso vencedora seja firma não estabelecida em Rio Grande, a mesma deverá providenciar sua inscrição do ISSQN junto a Secretaria Municipal da Fazenda.

CLAUSULA DÉCIMA-SEGUNDA- DA OMISSÃO: Onde este contrato for omissa prevalecerão os termos da Lei Federal Nº 8.666/93 e demais legislação em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA -TERCEIRA - DO FORO: As partes contratantes elegem o FORO da Comarca do Rio Grande para dirimir quaisquer dúvidas que possam advir no cumprimento deste Contrato, ou após a sua vigência.

E, por estarem de acordo com os termos do presente, após lido, vai assinado pelas partes interessadas, em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Gabinete de Compras, Licitações e Contratos, de de.....

.....
Contratada

.....
Secretário de Município de

.....
Chefe do Gabinete de Compras, Licitações e Contratos
CC.: SMF/...../GCLC/CONTRATADA.

ORDEM DE INÍCIO DOS SERVIÇOS

EMPRESA:

CONTRATO: /

EDITAL:

OBJETO:

DATA DO INÍCIO: __ / __ /

.....

Contratada

.....

Secretário de Município de

FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

Em virtude da complexidade da prestação do serviço e por estar previsto no art. 67 da Lei 8.666/93, que versa sobre a necessidade de acompanhamento e fiscalização de todo o contrato administrativo por representante especialmente designado para tanto. A Secretaria responsável, nomeia como Fiscal do Contrato o(a) Senhor(a).

_____e
o(a) senhor(a)_____.

ciente:

Fiscal administrativo

Fiscal do Serviço

.....
Secretário de Município de

Rio Grande, de de